

MARCELO MALIZIA CABRAL

Professor Universitário.

Juiz de Direito no RS.

Mestre em Direitos Fundamentais.

Mestre em Poder Judiciário.

**A GARANTIA FUNDAMENTAL
DE ACESSO AOS TRIBUNAIS**

Conteúdo, estrutura, limites e restrições

Sergio Antonio Fabris Editor

Porto Alegre, 2014

© Marcelo Malizia Cabral

Editoração eletrônica: *Formato Artes Gráficas*

C117g Cabral, Marcelo Malizia

A garantia fundamental de acesso aos tribunais :
conteúdo, estrutura, limites e restrições / Marcelo
Malizia Cabral. – Porto Alegre : Sergio Antonio
Fabris Ed., 2014.

215 p. ; 15,5 x 22 cm.

ISBN 978-857525-621-1

1. Acesso à Justiça : Brasil. 2. Direitos e
Garantias Individuais. 3. Poder Judiciário : Brasil 4.
Sistema Judiciário : Brasil. I. Título.

CDU – 347.921.8(81)

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631.

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, a
SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR

Rua Riachuelo, 1238 – Centro

Telefone (0xx51) 3227-5435

CEP 90010-273 – Porto Alegre – RS

E-mail: fabriseditor@terra.com.br

Site: www.fabriseditor.com.br

Sumário

Prefácio	9
Introdução	13
1 A garantia fundamental de acesso aos tribunais	21
1.1 Enquadramento terminológico: acesso ao direito, acesso à justiça e acesso aos tribunais	21
1.2 Previsão no ordenamento jurídico	28
1.2.1 Antecedentes históricos	28
1.2.2 O acesso aos tribunais na Constituição Federal de 1988	30
1.2.3 O acesso aos tribunais no Direito Internacional	33
1.3 Conceito	39
1.4 O acesso aos tribunais: direito ou garantia?	41
1.5 A fundamentalidade da garantia de acesso aos tribunais	43
1.6 A garantia fundamental de acesso aos tribunais: princípio ou regra jurídica?	50
1.7 Conteúdo e âmbito de proteção	57
1.8 Estrutura	70
2 Afetações aos direitos fundamentais	75
2.1 A questão terminológica	75
2.2 Afetações aos direitos fundamentais: conceito e espécies	76
2.2.1 A relevância da diferenciação entre as formas de afetação: configuração, conformação, condicionamento e restrição ..	79
2.2.2 A estrutura típica do processo restritivo	85

2.2.2.1	A delimitação do âmbito de proteção dos direitos fundamentais	86
2.3	Limites e restrições aos direitos fundamentais	88
2.3.1	Generalidades	88
2.3.1.1	As necessárias conceituação e diferenciação de limites e restrições	90
2.3.1.2	O debate entre as teorias interna e externa: os direitos fundamentais são limitáveis?	95
2.3.2	Limites aos direitos fundamentais	99
2.3.3	Restrições aos direitos fundamentais	101
2.3.3.1	Generalidades	101
2.3.3.2	Requisitos à restrição dos direitos fundamentais ...	113
3	Limites e restrições à garantia fundamental de acesso aos tribunais	133
3.1	Generalidades	133
3.2	A posição dos tribunais	140
3.3	A garantia fundamental de acesso aos tribunais e os meios alternativos de resolução de conflitos	143
3.3.1	Generalidades sobre os meios alternativos de resolução de conflitos	143
3.3.2	Espécies	153
3.3.2.1	A conciliação	157
3.3.2.2	A mediação	158
3.3.2.3	A arbitragem	162
3.3.3	Algumas experiências exitosas	164
3.3.4	Os meios alternativos de resolução de conflitos: instrumentos de ampliação do acesso à justiça	174
3.3.5	Uma proposta de política pública para a ampliação do acesso à justiça com a utilização dos meios alternativos de resolução de conflitos	179
3.3.6	A possibilidade de imposição e/ou indução da utilização de meios alternativos de resolução de conflitos como pressuposto do acesso aos tribunais	187
	Conclusões	199
	Referências	205